

De volta ao futuro da língua portuguesa.  
Atas do V SIMELP - Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa  
Pôsteres, 4665-4678  
ISBN 978-88-8305-127-2  
DOI 10.1285/i9788883051272p4665  
<http://siba-esel.unisalento.it>, © 2017 Università del Salento

## **Culturas desterradas, línguas exterminadas e heranças surrupiadas.**

Maria Célia Lima-Hernandes  
Universidade de São Paulo  
CNPq/FAPESP  
Brasil

### **Introdução**

Aspectos culturais impactam decisivamente línguas no mundo todo, aqui ou na China, seja no Alto Xingu, seja em Macau. Os kamaiurás, comunidade cuja distância cultural não pode ser medida em termos de Oriente-Occidente, quando comparados aos brasileiros miscigenados, assim como os macaenses (euroasiáticos) em relação aos portugueses, refletem histórias de contatos colonizantes de ideias os quais primam pela busca de um monolinguismo desnecessário. Kamaiurás e macaenses, contudo, podem ser congregados no conceito de “povo da terra” do mesmo modo que podem ser congregados no conceito de línguas de herança.

Ocorre que a terra foi colonizada e os povos desterrados. Então, o preconceito pode agir de modo mais velado e ao sabor da política em períodos sócio-históricos. É sobre a aproximação da condição comunicativa e sócio-histórica desses povos afastados culturalmente que tratarei neste texto. Para dar conta desse objetivo, duas seções serão necessárias: uma que trate dos saberes locais e da aproximação de povos com valores socioculturais diversos; outra que discuta a tipologia de identidades socioculturais em Macau e entre os índios kamaiurás<sup>1</sup>, especialmente focalizando a língua de herança de falantes bilíngues simultâneos. E como será preciso lidar com essas duas comunidades, o ideal será iniciar, já na seção seguinte, com uma apresentação geral desses grupos para, assim, justificar a razão de aproximá-los num único estudo.

### **1. Ser da terra, identidades em construção**

Antes de tratar de uma aproximação que pede atravessar oceanos, como é o caso daquela prevista no alinhamento de macaenses e kamaiurás, podemos dar uma visada

---

<sup>1</sup> As entrevistas foram colhidas pela equipe de Charlotte Emmerich, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional (Brasil).

em um contexto geográfico vizinho, o da China continental e de Macau.

A China continental cada vez mais se aproxima das margens de Macau por aterros e ações políticas integrativas. Naquele espaço, atualmente, sob administração chinesa, embora desde sempre territorialmente chinês, não é possível empregar a língua majoritária de Pequim (o mandarim, língua de quatro tons), sem que se tenha em mente que o rótulo ‘língua chinesa’ recobre uma gama enorme de línguas que são faladas na China. Em Macau, a língua cotidiana e majoritária ainda é o cantonês (língua de nove tons nessa região e em Guangdong). Há uma porção de outras línguas que colorem a China de norte a sul, de leste a oeste.

Não são línguas em extinção, ainda, pois muitas são as pessoas que as utilizam em suas regiões e também quando se encontram com conterrâneos em qualquer parte do mundo. No entanto, essas não são reconhecidas como línguas, e sim como dialetos, até pelos mais jovens filhos dessas línguas. Este também é o primeiro passo que sinaliza uma pressão pelo monolinguismo (segundo tipo de ataúde linguístico, tal como rotulei em Lima-Hernandes, 2016), em que não se reconhece uma língua materna como língua, reforçando o que Mey (2007) identificou como violência contra línguas.

Já na escola básica, em idade tenra, os estudantes aprendem, na China, a repetir que a língua materna é o mandarim e que a língua que trazem de casa é um dialeto. Os pais, falantes da língua local, vão se silenciando em alguns espaços chineses, os filhos vão atendendo aos apelos soberanos de uma pátria unida em torno do rótulo “chinês”. E assim suas línguas maternas vão sendo deslocadas para a ideia de língua de herança. E assim deve ser para um futuro de inserção social, de sucesso na carreira, de êxito na vida pessoal; os impeditivos de uso nas várias instâncias em que as comunicações ocorrem em vida adulta são variados.

O povo de Macau, que convive há mais tempo com estrangeiros, devido principalmente à colonização portuguesa em Macau e inglesa em Hong Kong, sentem que ainda podem lutar contra esse monolinguismo. Seguem bilíngues dando-se conta dia a dia de que sua língua materna está sendo cerceada. Sigamos agora a tratar, mas a partir de um outro espaço menor também multilíngue, da Macau do século XX.

Em Macau, nem a língua corrente, tampouco a materna, equivale entre os jovens ao mandarim. Já frisamos que ali o cantonês é a língua majoritária, viva nas ruas e mesmo nas tentativas de pronúncia pelos que não a têm como materna. É língua do negócio, do lazer, do bate-papo descompromissado da população local. É língua

materna da maioria, e talvez para alguns dessa maioria seja também língua apenas falada.

Essa verdade, contudo, se considerarmos as etnias que convivem diariamente na cidade macaense, pode não se aplicar a todos, pois ser de etnia chinesa não necessariamente equivale a uma só e à mesma língua para todos. Embora similares em muitos pontos, são incompreensíveis na sonoridade entre si. Se estendermos essa discussão para o rótulo “língua oficial”, tudo ficará bem mais complexo.

Em Macau, duas línguas são oficiais a partir de 1999: o português e o chinês. Fazer constar o chinês na Lei Básica com o estatuto de oficialidade foi uma grande vitória do povo de Macau. Nos primeiros anos após o *Handover*, Macau viu ainda uma prevalência (não numérica) do português sobre as línguas chinesas em espaços de oficialidade. Apenas dez anos depois, no entanto, os contratos imobiliários, por exemplo, já destacavam uma prevalência inversa: “The contract will be mainly on the chinese version” (*sic*).

As publicações em língua portuguesa foram intensas até então, em especial pelos órgãos culturais do governo, que sempre fizeram questão de recontar a história de doce convivência entre chineses e portugueses. O cantonês já era considerado pelos habitantes como a língua chinesa referida nos documentos oficiais, dentre os quais a Lei Básica da RAEM (Região Administrativa Especial de Macau).

Devagar e quase de forma imperceptível para grande parte da população, as escolas deram prioridade ao mandarim, as publicações em mandarim ganharam força e o inglês passou a ser a melhor solução como língua franca. Na Livraria de Publicações do Governo, o funcionário, um macaense retornado, contou-me que já há poucas ou raras publicações em língua portuguesa e que há um movimento de se recontar toda a história de Macau sob a ótica de chineses. Alguns antigos heróis passaram a carrascos gradativamente.

A realidade é que talvez menos de 3% da população tenha o português como língua materna, porém nem todos que têm essa língua como materna pertencem ao mesmo grupo cultural, não podendo se encaixar na mesma luso-“fonia” da oficialidade ou, melhor dizendo, do discurso da oficialidade: há uma gama de falantes que considera a língua portuguesa como materna, mas não compartilha sons e léxico (alguns caboverdeanos, angolanos, brasileiros, açorianos, etc.). Na verdade, isso pouco importa em Macau; são multiculturais e vivem costumeiramente entre silêncios e sons, tons e ritmos diversos. Desse movimento, o que remanesce é uma língua viva e majoritária (o

cantonês), rica culturalmente, que vai sendo silenciada, aos poucos, muito aos poucos, devagar tornando-se a língua de herança de um parcela enorme do povo.

Do outro lado do mundo, encontramos os kamaiurás, tribo indígena do tronco tupi, habitantes do Parque Indígena do Xingu, que foi criado logo no início da segunda metade do século XX, por decreto governamental de Jânio Quadros, presidente do Brasil em 1961. Na verdade, esse processo foi iniciado bem antes, desde o final da década de 30, pelo presidente Vargas com a *Marcha para o Oeste*<sup>2</sup>. Uma população com um pouco mais de 5.500 índios distribuídos entre 14 etnias diferentes foi aos poucos se transferindo para os quase 2.800.000 hectares do Parque. Lá, iniciariam o processo de ocupação e de adaptação, logo depois ocorrendo a aproximação, diálogo e uma organização política desses povos. Aos poucos, uns foram incorporando os rituais dos outros, e uns aprendendo as línguas dos outros.

Assim, embora o discurso oficial ecoava com a ideia de que essa mudança preservaria os índios de qualquer contato com os grandes centros urbanos (com os brancos) e, em consequência preservaria as culturas indígenas, o que de fato estava por trás era o desterramento indígena. Presenciamos com o passar dos tempos a interculturalidade plasmar-se continuamente, na mesma proporção de ocupação de terras indígenas por afoitos fazendeiros. Perto dos índios, também com o discurso de proteção e cuidado, o governo instalou ali uma base da força aérea brasileira e criou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)<sup>3</sup>.

Assim como os rituais e hábitos foram se generalizando e influenciando-se mutuamente, também as línguas não puderam se manter incólumes frente a esses contatos, inclusive com os homens ditos civilizados que passaram a administrar aquele espaço. Para se comunicar com o administrador que representava o governo brasileiro – e assumir função de representação política –, os índios (na maioria, homens) aprenderam o português do Brasil, mas continuaram falando suas línguas entre si. Sendo assim, alguns índios tornaram-se multilíngues ao desenvolver a habilidade de se comunicar com os índios de outras tribos, algumas crianças tiveram pais de uma tribo (e

---

<sup>2</sup> *Marcha para o Oeste* foi um movimento político que previa o desenvolvimento e ocupação do interior brasileiro. Lembremo-nos que, até então, 90% da população brasileira habita regiões litorâneas devido à falta de infraestrutura das demais regiões.

<sup>3</sup> A FUNAI é um órgão oficial do Brasil, criado em 1967, com o objetivo de proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. A despeito disso, desde sempre, as tribos indígenas são alvos de ataques violentos de madeireiros e latifundiários ávidos por apropriar-se e usufruir das terras demarcadas.

língua) e mães de outra (e outra língua). Essas crianças passaram a ter uma língua de herança.

Algumas índias casaram-se com ‘brancos’ e foram viver fora da tribo, levando consigo sua língua materna, ensinando-a aos filhos, que tinham o português como língua materna. Alguns foram estudar fora dos limites do Alto Xingu e assumiram postos diferenciados dentro e fora da tribo, tornaram-se pintores, escritores e políticos. Hoje, não sei exatamente como se encontra esse quadro de influências, mas essa caracterização referente ao momento de coleta desses dados, final do século XX, pode ser útil para o que pretendo discutir aqui: o estatuto de línguas e a migração de estatuto em decorrência de fatos sociais.

Nesse sentido, variados foram os casos que deram margem à mudança de estatuto das línguas indígenas: de materna para língua de herança. Abster-me-ei, contudo, de tratar dos casos em que casais de mesma etnia (ou não) – tementes quanto à não proficiência de seu filho em língua materna – esforçaram-se por falar a língua majoritária (abandonando a sua própria língua materna) o tempo todo, chegando mesmo a comparar a proficiência de seu filho com a de filhos de pais locais. São casos passíveis de ocorrer em qualquer circunstância de migração ou de transculturação. Também não está no escopo deste texto tratar do contexto intercultural, que se resolve pontualmente sempre nas mesmas situações comunicativas sem uma continuidade para outras situações, tal como ocorre com os chineses em São Paulo, ainda em primeira geração de migração.

O que realmente interessa, aqui, é o contexto multicultural, a partir do qual proporei uma forma de análise baseada na língua de herança. Não ignoro, em suma, que existam outros universos que acabam ficando descobertos quando tratamos de língua de herança nesses moldes<sup>4</sup>.

Esses casos ilustrados aqui permitem determinar critérios metodológicos para pesquisas sobre línguas de herança. A seleção de informantes e das ações comunicativas mais profícuas para a pesquisa é um desses eixos de interesse, por isso selecionamos dois contextos específicos:

---

<sup>4</sup> Baseamo-nos aqui em Mey (2007: 166), para o qual a distinção entre intracultural e intercultural dá-se do seguinte modo: “[...] the intra-cultural, which has to do with culture as it is held and exercised within one community, and the inter-cultural, which regards the relationship between various cultures.”

**1º contexto:** indivíduos que constituem matrimônio ou geram crianças com pessoas de outras etnias e manifestam, ao longo do tempo, o desejo de que seus filhos interajam com seus familiares em sua língua materna (e não na dos filhos);

**2º contexto:** casais de mesma etnia que dialogam em casa, o tempo todo, em sua língua materna, propiciando a seus filhos, desde o momento mais tenro, ainda no período de gestação, que a LH ecoe sonoramente de forma íntima e cotidiana como a língua de casa. Essa decisão pode colocar em choque a língua de casa com a língua oficial.

O que está, essencialmente, na base desta discussão e funciona como *background* que fundeia a paisagem a ser descrita é a moldura criada, o que deflagrou as respostas a duas perguntas elaboradas em 1997 por Geertz, inspiradas em Keats, e nas quais igualmente me inspiro para encaminhar esta discussão: (i) como é a maneira de conviver desse grupo, de um modo geral? (ii) quais são as circunstâncias em que esse modo de conviver se manifesta?<sup>5</sup> Para responder a essas questões, será preciso tratar dessas identidades e de suas vantagens.

## **2. Espaços multiculturais, vantagens e tipologia identitária**

O rótulo multicultural é ambíguo e pode referir-se tanto a comunidades em que as pessoas se comunicam em várias línguas alternadamente, quanto pode se referir a comunidades em que várias etnias convivem lado a lado, sem se comunicarem adequadamente por nenhuma dessas línguas. Aqui, estabeleceremos um recorte metodológico em espaços multiculturais correspondentes àqueles em que as pessoas precisam utilizar mais de uma língua ou sistema de comunicação para resolver problemas cotidianos. Esse conceito também se aplica a espaços em que a língua materna não é suficiente para as rotinas e convivência do desenvolvimento de dinâmicas sociais dos falantes locais.

Ocorre que nem todos os indivíduos são capazes de ter a prontidão linguística para se comunicar eficientemente em duas línguas ao mesmo tempo. Em Macau, os que têm essa prontidão são considerados os verdadeiramente macaenses. Estes, que, ao conversarem entre si, mesclam português e cantonês, passando de uma língua para a outra numa lógica de perfeita combinação, sem titubear e, às vezes, sem perceber, constituem o grupo, selecionado.

Apesar de serem agrupados como uma comunidade, esse sentimento de pertença não é o mesmo para todos. Tratemos, então, da identidade de cada um desses grupos

---

<sup>5</sup> As perguntas originalmente formuladas eram: “Como é a sua maneira de viver, de um modo geral?” e “Quais são precisamente os veículos através dos quais esta maneira de viver se manifesta?”.

macaenses. Identifico três a partir do seguinte enquadramento de conversa: uma pesquisadora brasileira, numa conversa informal, em determinado momento, pergunta o que é ser macaense. Suas respostas são diferentes e revelam identidades.<sup>6</sup>

**Primeiro grupo:** muito arredoio ao se manifestar sobre a sociopolítica e a mudança na sociedade de Macau desde 1999, proclama-se como o verdadeiro macaense utilizando o rótulo “macaenses 100%”. Os integrantes deste grupo tiveram uma origem humilde, estudaram no Colégio Santa Rosa de Lima, mas foram melhorando de vida, ingressaram no Liceu e, depois, passaram a ocupar posições na administração de associações de assistência social a macaenses e a chineses de Macau. Alguns tiveram a oportunidade de estudar em Portugal. Quando voltaram, seu repertório passou a se aproximar do dos macaenses de segundo grupo.

Ser macaense 100% (Primeiro Grupo) equivaleria, em tese, a uma mãe chinesa e um pai português. Separando num só grupo esses miscigenados, ainda assim nem todos se integrariam ao mesmo grupo que se caracteriza em termos percentuais. É a questão da identidade.

**Segundo grupo:** os que se consideram portugueses e, durante o discurso, podem revelar raízes chinesas. São os que conviveram muito de perto com os europeus atuando em funções administrativas de suporte. Eram os que intermediavam a conversa com os chineses. Alguns deles foram estudar em Portugal e, ao voltarem, passaram a ser vistos como membros de um terceiro grupo. Após o *Handover*, foram convidados a se retirar do emprego público em troca de uma “bolada”, com o que, juntando as economias, comprou uma casa, invariavelmente no Algarve (Portugal). Muitos desses integraram os grupos que partiram de Macau imediatamente antes do *Handover*. Muitos desses são os retornados hoje.

Uma boa parte dos miscigenados identifica-se como portugueses (Segundo Grupo). São famílias com um certo poder aquisitivo, com entrada em postos e cargos relevantes para alguma instância decisória em Macau, grande parte dos quais já perdeu de vista o fato de terem um ascendente chinês ou, antes, escamotearam a raiz chinesa

---

<sup>6</sup> Essa tipologia não encerra os grupos representados em Macau. Há muitos outros grupos, tais como: os que se consideram chineses e, antes, tinham passaporte português; os que são chineses e tiveram, em algum momento, que abrir mão de sua identidade e nome chinês para ter um futuro melhor durante a Administração de Portugal; os que têm pais africanos, brasileiros, dentre outros; os que vêm dos países orientais vizinhos (Malásia, Filipinas, Tailândia, Índia, Timor, etc.), cujos filhos se sentem macaenses.

porque, a bem da verdade, são filhos de macaenses (de miscigenados), que, por sua vez, eram já miscigenados.

**Terceiro grupo:** os que se consideram macaenses e portugueses, que, no passado, integrando uma família tradicional, escondia a raiz chinesa, deixando-a distante no tempo, e que, há pelo menos cinco anos, vangloriam-se de sua raiz chinesa. Estudaram em bons colégios desde o ensino básico e fizeram curso superior na Europa, especialmente em Coimbra e Lisboa. Consideram-se falantes do patoá, do cantonês e do português, mas gostam de reverberar essa habilidade.

São ligados à administração de associações macaenses culturais e desempenham na vida profissional uma atividade liberal, como advogado, dentista, arquiteto, estilista etc. Não abandonaram Macau no *Handover*, mas possuem imóvel em Portugal. Falam abertamente de política e defendem o espaço de Macau como um espaço multicultural e multilíngue.

Esses três grupos, sem exclusividade, integram a grande massa de bilíngues simultâneos, ou seja, com duas línguas maternas. É sobre sua forma de ser e de estar na sociedade macaense que tratamos neste texto.

As vantagens de conviver em um ambiente multilíngue ou ser um indivíduo multilíngue são maiores que as de um monolíngue porque esse é o cartão de embarque para o acesso a mais nichos sociais e a mais campos de informações. Segundo Wurm (1996:8-9), as vantagens emocionais e intelectuais comumente referidas são as seguintes:

- 1) From a practical point of view, such individuals have access to a much wider volume of information and knowledge than monolinguals, have a larger volume of knowledge (both language-oriented and other) in their minds, understand differing semantic associations better, and being used to switching languages and thought patterns, have more flexible minds;
- 2) They are less rigid in their attitudes and have a tendency to be more tolerant of (i.e. less hostile and on the defensive against) the unknown than monolinguals, more inclined to regard manifestations of other cultures by individuals as acceptable and to be respected, though they may be different from their own;



- 3) Their thought patterns and world-view are more balanced because they are familiar with different, often somewhat contradictory concepts. They have greater ability than monolinguals to learn something entirely new and to fit into novel situations without trauma, and to understand different sides of a problem.

As características vantajosas atreladas ao indivíduo multilíngue, nessa perspectiva, são psicológicas porque permitem o equilíbrio emocional desse indivíduo em situações em que um indivíduo monolíngue pode ter a tendência ao estranhamento e sofrimento maior para a adaptação, tais como: mudanças bruscas de situações ou experienciamento de situações totalmente novas (item 3). Essa facilidade de adaptação e resiliência se deve justamente ao fato de terem sido criados num lar com hábitos e costumes que não eram coincidentes com os do entorno social em 100% das experiências cotidianas, repleto de contrastes. Nesse sentido, costumam ser pessoas que demonstram atitudes menos rígidas e mais tolerantes ao novo, o que favorece uma convivência mais harmônica mesmo em ambientes diferentes dos seus (item 2). São práticas habituais desses indivíduos a busca e a concentração de um maior volume de informações e conhecimentos, o que, por sua vez, propicia exercícios inferenciais de base associativa mais exitosos (item 1).

## **2.1. Revisitando cenas de diálogos com bilíngues simultâneos**

O português para o povo indígena é língua estrangeira, uma língua que também pode ser franca quando o diálogo entre tribos de língua diferente não funcionar. No entanto, a realidade indígena no Xingu, devido à proximidade, é que línguas de herança existem, mas estão em risco de extinção. Analisemos os seguintes exemplos:

(1)

Pesquisador: Você é o quê? Trumai?

Kokoti: Não, eu sô aweti. Minha mãe é aweti e meu pai kajabi.

Pesquisador: Você veio pro posto quando?

Kokoti: Eu nasci aqui, estou morando aqui.

[...]

Pesquisador: A sua mulher é o quê? Trumai?

Kokoti: Minha mulher é trumai.

Pesquisador: Você só tem um filhinho?

Kokoti: Só tenho um.

(2)

Awakukumã: Eu falo pra ele, muié não sabe kalapalo, portugueisi, só eu. Eu assim, assim menino eu tem mãe, mãe kuikuro.

Pesquisador: Ah sua mãe, ah deixa eu anotar

Awakukumã: mãe kuikuro, kamaiurá papai

Pesquisador: papai, kamaiurá

Awakukumã: kamaiurá papai

Pesquisador: mamãe kuikuro

Awakukumã: kuikuru mamãe

Pesquisador: você, kamaiurá

Awakukumã: eu kamaiurá papai

Kokoti, no trecho de entrevista (1), é índio aweti, mas o pai é kajabi. Conhece duas línguas já de berço, a da mãe e a do pai. Casou-se, depois, com uma mulher da tribo trumai e com ela teve um filho, que certamente teria direito a uma herança linguística riquíssima: a da mãe (trumai), a do pai e da avó paterna (aweti) e do avô paterno (kajabi), sem contar às heranças por parte de mãe. No contexto de aproximação em que vivem, no Alto Xingu, tomam contato, por necessidade de sobrevivência, com o português, que é língua franca entre alguns. Grande risco de não ter esse direito respeitado, ainda mais quando se tem uma língua majoritária, que também é a oficial.

Na entrevista apresentada em (2), Awakukumã sabe falar português e kalapalo, como línguas adicionais, mas têm duas línguas maternas, o kamaiurá e o kuikuro. Certamente, tem mais algumas línguas de herança ancestral, da família materna e da família paterna. Esse é um quadro multicultural em risco de extinção, pois uma língua majoritária, também oficial, começa a ser uma necessidade de comunicação na Reserva. São as tais línguas desterradas a que me referi no início deste texto. Toda língua materna num ambiente em que língua oficial e língua majoritária se sobrepõem corre risco de desaparecer a longo prazo. Esse é o terceiro tipo de ataúde de línguas de herança.

Visitemos, agora, trechos de conversas com macaenses registradas em 2010:

(3) Alice, macaense, 41 anos.

Pesquisadora: Qual a origem de sua mãe?

Alice: minha mãe é macaense. Meu pai costumava dizer para não falarmos chinês, que precisávamos falar português. Eu falo chinês, mas não sei escrever.

Pesquisadora: E seu pai?

Alice: é português. Do lado paterno é puro português, só minha avó que era chinesa. Assim, meu pai é macaense. É cinquenta por cento. Eu sou menos que isso.

(4) António, macaense, 40 anos.

Pesquisadora: António, seus pais são macaenses?

António: sim, meu pai é macaense e minha mãe, chinesa. Na minha casa, a gente misturamos o português e o chinês, mas é o chinês o mais falado. Na escola, sempre tinha mais macaenses do que ngau chai [portugueses] e só falávamos chinês, mas meu pai cobrava falar o português.

Alice e António são filhos de macaense com chinês(a). Em casa de Alice, a língua proibida era o chinês, mas para a família de António não era uma questão que se colocasse: todos conversavam mesclando um pouco de português e muito de chinês. Em ambas as famílias, línguas de herança se revelam e se escondem: Alice tem a língua de herança cantonesa reprimida; António tem a língua de herança portuguesa pouco funcional na escrita, mas sabe conversar perfeitamente.

Sintetiza melhor essa ideia das diferenças de comportamento entre as famílias de Macau o que relata o Sr. Pedro, macaense entrevistado em 2011. Segundo ele, os macaenses possuem traços muito diferentes, recortando-se pela sociocultura:

(5) Sr. Pedro, macaense, 71 anos.

A família que era constituída de marido português e de mulher chinesa, com filhos mestiços já crescidos, falam o português e o chinês em simultâneo. Os filhos serviam de pontes entre o pai e a mãe. Em casa de famílias de descendências de eurasionos, como no meu caso, famílias essas em vias de extinção, fala-se mais o Patois que o português. Outras famílias há em que o pai é português e a mãe macaense, isto é, eurasiona, então fala-se quase que exclusivamente o português. Famílias compostas por pai macaense, isto é, eurasiono, e mãe chinesa, fala-se apenas o chinês.

No caso desses macaenses e dos kamaieurás, a presença de línguas majoritárias impactou algumas socioculturas mais do que outras, e em períodos diferentes. Os macaenses, no passado, eram exigidos a falar português em todas as situações, pelo menos se quisessem ter prestígio social; devagar, após o *Handover*, essa língua prestigiosa passou a ser genericamente o “chinês”. O poder restritor passa de uma língua minoritária para outra majoritária, o cantonês, confundido em muitas situações com o mandarim, a língua oficial da República Popular da China. Ainda assim, não há sobreposição entre oficialidade e majoritariedade, tal como vimos no caso dos indígenas. Com estes, há o agravante de haver uma língua oficial que coincide com a língua majoritária. Já, no caso dos macaenses, com língua igualmente ameaçada, língua majoritária colide com a oficialidade. São roldanas de um mecanismo que ainda está em processo de uso. Será preciso que políticas públicas flexíveis quanto à concepção de multiculturalismo, se houver o interesse na manutenção linguística – e cultural – da população local, sejam implementadas.

### **À guisa de conclusão**

Iniciei este texto afirmando que a cultura atravessa as línguas e que a observação desse fato poderia ser exemplificado com o caso dos kamaieurás e dos macaenses. Ambos os povos, sendo considerados o “povo da terra”, ou das respectivas terras, passaram e passam por processos de aproximação e de afastamento ‘colonial’. Alguns conceitos importantes revestem as cenas de contato e de conversas cotidianas desses povos, mas a sócio-história é o pilar que permitirá compreender a edificação da convivência salutar e mutuamente benéfica.

O problema do contato intercultural e, consequentemente, dos ambientes multiculturais – sabemos – favorece o extermínio de línguas. Esse processo de morte passa quase sempre pela existência de alguns marcadores de desaparecimento de línguas, a que rotulei ataúdes linguísticos em outro momento (Lima-Hernandes, 2016). Esses lugares que demandam cuidado em termos de políticas linguísticas, deveriam ser preocupação de toda soberania porque implicam resistência de parcelas de sua nacionalidade.

O que presenciamos é justamente uma leitura ao contrário, míope para a realidade local. Conservar o espaço nacional tem sido sinônimo de estupidez sobre

contatos linguísticos, e essas atitudes só tornam ainda mais incólume o mito de que língua nacional só pode ser uma. Esse equívoco se traduz na sociedade como desrespeito a línguas locais, a línguas de herança e, na contramão disso, como reforço a um monolinguismo bastardo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLAVERT, Manisa Salambote. Eu e a língua portuguesa - Minha experiência de aprendizagem. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, M. J.; MICHELETTI, G.; ROSSI, V. L. *A Língua Portuguesa no Mundo - I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. 1. ed. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

GOFFMAN, Erving. *Interaction ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Garden City, 1967.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia; FERREIRA [NETTO, Waldemar](#). Estudo contrastivo entre o português e o kamaiurá: divergências entre sistemas. In: Grobe, Sybille *et alii.* (Org.). *Ex Oriente Lux: Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinen 60.* 1ed.Valentia: Frankfurt am Main, 2002, v.1, p. 277-286.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Interlínguas - estruturas verbais aspectuais no português L2. In: Maria Célia Lima-Hernandes; Guilherme Fromm. (Org.). *Domínios de Linguagem V: diálogo entre a universidade, a escola e a sociedade*. 1ed.São Paulo: Plêiade, 2005, volume 5, pp. 221-240.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia; CIOCCHI-SASSI, Karina Viana. Língua de herança como integradora de identidades. In: JENNINGS-WINTERLE, Felícia; LIMA-HERNANDES, Maria Célia (orgs.). *Português como língua de herança: a filosofia do começo, do meio e do fim*. Nova Iorque: BeM, 2015, pp. 104-115.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Ataúdes linguísticos, saberes locais e consciência sobre o outro. Nova Iorque: *Lincool* (2), 2016, pp. 1-9.

MENDONÇA, Florsil Alfredo; LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Interculturalidade e raízes nacionais: os “sem terra” acadêmicos. *Coletânea de Iniciação Científica*. In: SANT’ANNA, M.R.; TODARO, M.A., TEIXEIRA, R.A. *Iniciação Científica - voz e vez de estudantes*. São Leopoldo: Oikos, 2015, pp. 53-65.

MEY, Jacob L. Developing pragmatics interculturally. In: KECSKÉS, István; HORN, Laurence R. (orgs.) *Explorations in pragmatics: linguistic, cognitive, and intercultural aspects*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007, pp. 165-190.

OKOUDOWA, Bruno. Experiência de Aprendizagem da Língua Portuguesa no Brasil. In: LIMA-HERNANDES, Maria Célia; MARÇALO, M. J.; MICHELETTI, G.; ROSSI, V. L. *A Língua Portuguesa no Mundo - I Simpósio Mundial de Estudos de Língua Portuguesa*. 1. ed. São Paulo: FFLCH-USP, 2008.

SEKI, Lucy. *Gramática do kamaiurá. Língua tupi-guarani do Alto Xingu*. Campinas/São Paulo: Editora Unicamp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

WURM, Stephen A. (ed.). *Atlas of the world's languages in danger of disappearing*. Paris/Canberra: Unesco Publishing/Pacific Linguistics, 1996.